

Patrimônio e Assentamentos da Reforma Agrária

Estudo de Caso do Assentamento Primavera

Dambrenio Odacir Boró

Graduando em Arquitetura e Urbanismo Universidade Estadual Paulista – UNESP / Campus de Presidente Prudente

Luis Antonio Barone

Professor Doutor em Sociologia

Universidade Estadual Paulista – UNESP / Campus de Presidente Prudente

Resumo

O patrimônio e a memória se estabelecem como conceito de identidade e pertencimento dos indivíduos, seja em relação à nação ou aos locais de ocupação. Esses espaços, em geral, são criados com base em uma narrativa de exclusão, onde as classes que detêm o poder, submetem as classes que não detêm poder, a compreender e aceitar os locais criados pela e para a elite como elementos merecedores de salvaguarda oficial. Mas, não é esse ponto de vista que será debatido nesse artigo. Esta busca compreender e entender o patrimônio incorporado pelas classes que não detêm poder, a partir da luta pela terra ocorrida na Fazenda Primavera, em Presidente Venceslau, interior do Estado de São Paulo, posteriormente transformada em Assentamento de Reforma Agrária. Os atores sociais ali envolvidos apropriam-se de estruturas e edificações já existentes, alterando e acrescentando usos. Todo esse processo ocorre num rico pano de fundo da região denominada usualmente como Pontal do Paranapanema, no oeste paulista, palco de intensos conflitos de luta pela terra.

Palavras-chave – Patrimônio Rural, Memória, Assentamentos de Reforma.

Introdução

A ideia de patrimônio não pode ser tomada como algo natural, uma vez que, nem sempre as sociedades humanas tiveram a percepção de que alguns dos elementos criados deveriam ser resguardados para a posteridade, sendo apenas alguns desses preservados por acordos políticos, culturais e religiosos .

Nossa atual ideia de patrimônio, como um elemento comum, que pertenceria a todos advém diretamente da Revolução Francesa, onde, para se substituir os antigos ideais de nação baseados em monarquia e nobreza, por ideais baseados em um patrimônio edificado, e posteriormente, já na contemporaneidade, em um patrimônio cultural.

A partir da Segunda Guerra Mundial, há uma inflexão na ideia de patrimônio, pois amplia o que se considera como patrimônio, ao se considerar a paisagem, suas características e sua beleza como dignas de proteção, estabelecidas a partir da Recomendação de Paris, que visa proteger a beleza e do caráter das paisagens e dos sítios a preservação, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético

Entretanto, tanto as iniciativas de proteção à paisagem têm se restringiram aos sítios urbanos e naturais, ignorando os espaços rurais no reconhecimento como paisagens dignas de receber proteção. Essa situação começa a mudar, mesmo que timidamente, quando o Conselho da Europa propõe em 1976, o “Apelo de Granada – A arquitetura rural no ordenamento do Território” por considerava que a paisagem rural europeia estava “ameaçada de

Sandra C.a PELEGRINI, Patrimônio Cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009. 135 p.
Recomendação R (95) CONSELHO DA EUROPA, Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais integrantes das políticas paisagísticas, 11/09/1995. _____. Convenção Europeia da Paisagem. Florença, 20/10/2000.

extinção pelo desenvolvimento industrial da agricultura” e estabelece que se deve encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu carácter inicial [...] iv. Promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura

Percebe-se ainda que esse conjunto de princípios vai contra alguns princípios estabelecidos na Carta de Veneza de 1964, que estabelece a preservação de grandes edifícios históricos e monumentais. Esse documento, ao contrário, parte para o princípio de refuncionalizar as edificações existentes, em detrimento das novas construções, ao compreender que essas edificações já existentes carregariam em si carga de memória e diversos saberes técnicos.

Antecedentes do Assentamento

A data do estabelecimento da Fazenda Companhia Agropecuária Utoliza Ltda., ou conhecida simplesmente como Fazenda Primavera, é incerta, ocorrendo possivelmente em meados dos anos 1960 sobre o comando de Bruno Del Pollo, imigrante de origem italiana, conhecido popularmente como “Comendador” e tem seu auge econômico baseada na produção agropecuária bovina, chegando a contar, aproximadamente entre 8.000 e 9.500 cabeças de gado, segundo relatos orais. Sua ocupação se deu, assim, como em grande parte do Pontal do Paranapanema, através de um processo intenso de grilagem de terra caracteriza, que originou a ocupação específica dessa região. A estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema começa a sofrer alterações a partir de pressões advindas de diversos grupos organizados, entre eles se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que força o Governo do Estado de São Paulo a estabelecer uma política de assentamentos na região.

No Assentamento Primavera, existe a participação de um outro grupo de luta pela terra muito específico: a ABUQT (Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra), fundada em 1996, cuja principal ocupação aconteceu na antiga Fazenda Primavera, formada por um grupo de arrendatários insatisfeitos com a atuação do MST e desapropriações dos latifundiários e se deu de forma diferente do MST, uma vez que o objetivo era

[...] ocupar a terra, mas se envolver o mínimo possível em situações conflituosas, pois a Associação Brasileiros Unidos, por estar dentro desta lógica conseguia garantir ocupações pacíficas ao grupo de trabalhadores que não queria correr este risco. A opção por ocupar em curto período de tempo e garantia de permanência na terra por se tornarem prioridade perante o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP).⁴

A ocupação da fazenda durou aproximadamente seis meses, até que em setembro de 1997, o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) direciona casa assentado para seu lote provisório

O assentamento

Após a desapropriação da Fazenda Primavera pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1996, a mesma foi convertida em dois assentamentos distintos, chamados oficialmente de Primavera I e o Primavera (ITESP, 2019). O conjunto arquitetônico estudado se localiza no assentamento Primavera II, como indica Figura 1 – Localização do Conjunto Arquitetônico no Assentamento.

Conselho da Europa, 1976. O APELO DE GRANADA, A ARQUITECTURA RURAL NO ORDENAMENTO TERRITORIO, CONSELHO DA EUROPA, 1976. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 15, n. 15, June 2009. ISSN 1646-Disponível em: <<http://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/340>>. Acesso em: 26 mar. 201

⁴ Marlucci Castro Maciel. Tupanciretã: Deus passou por aqui – um estudo sobre as relações entre movimentos sociais assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no 24 Pontal do Paranapanema/SP. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

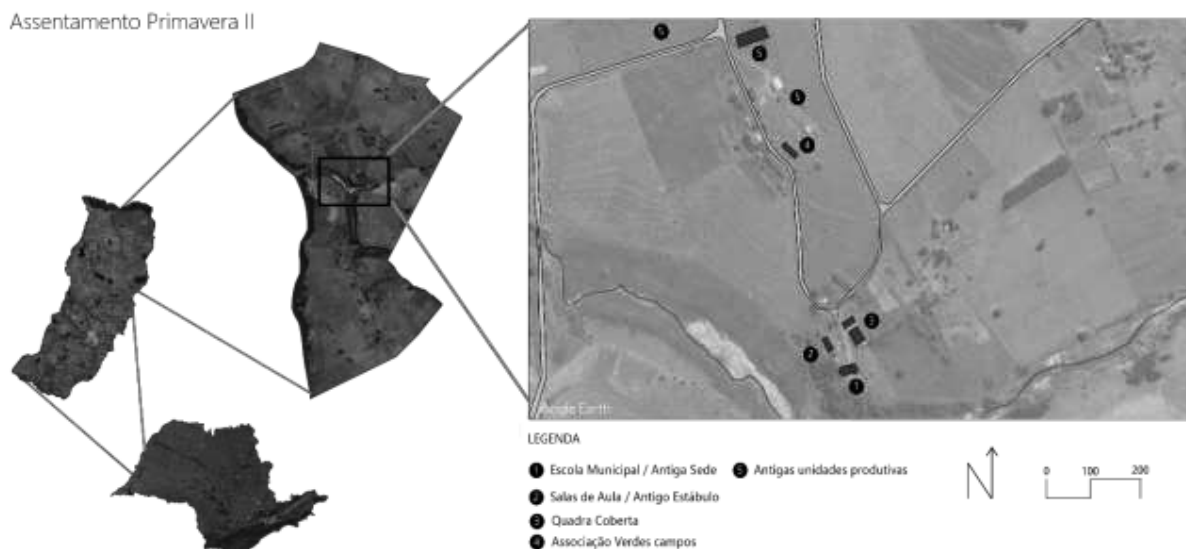


Figure 1. Localização do Assentamento em relação ao estado de São Paulo e ao Município de Presidente Venceslau, com destaque para o Conjunto Arquitetônico estudado. Fonte: Google Earth Pro (2019) com edição dos Autores (2019). Situação sem escala.

Nos anos 2000, é estabelecida uma escola municipal na sede do assentamento, como parte de uma política pública de instalação de equipamentos de uso comunitário da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau⁵. A antiga sede, mostrada em fotografia na Figura 2, e na Figura 3, em perspectiva isométrica, que se configura como um sobrado de madeira – material pouco utilizado no Brasil, devido a influências ibéricas, que privilegiaram historicamente a utilização de pedra e posteriormente o concreto armado em detrimento da madeira.

O material, porém, teve grande utilização no norte paranaense, que se desenvolveu um rico repertório de construções em madeixa, mas que não ficou apenas restrito ao Paraná, uma vez que também de cidades vizinhas do estado de São Paulo como Assis, Marília e Bauru, que adotaram essa prática [de construir em madeira] em menor escala e com repertório reduzido. Isto talvez se explica pela proximidade geográfica das fontes fornecedoras de madeira na época⁶.

No entanto, pela fachada oeste, recorre-se a uma combinação de formas puras para criar um volume recortado, que utiliza a combinação varanda e sacada sobrepostas para reforçar esse recorte. Sua estrutura é composta por uma planta

livre, construído em caibros, que são reforçados pela vedação vertical, constituído de um conjunto de mata-juntas.

5 Luis Antonio Barone. “PATRIMÔNIO EDIFICADO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PONTAL DO PARANAPANEMA EM QUESTÃO”. Presidente Prudente: Unesp, 2017

6, Antonio Carlos Zani. *Arquitetura em Madeira*. São Paulo: Eduel, 2003. 395 p.



Figura 2. Antiga sede da Fazenda Primavera e atualmente Escola Municipal Professora Dalva Ferreira Melo Professora.. Fonte: Os Autores (2020)

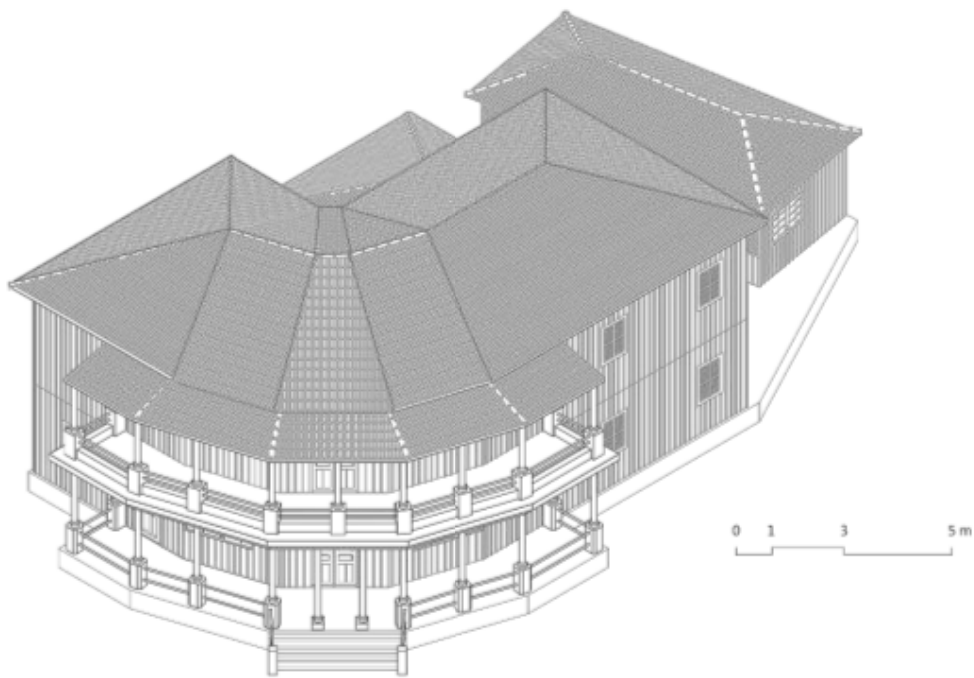


Figura 3. Perspectiva Isométrica da antiga sede. Fonte: Os autores (2020)) utilizando os softwares AutoCad 2020 e Adobe Photoshop 2019

Apesar do edifício principal não ter sofrido grandes alterações além de manutenções pontuais, outras partes do conjunto arquitetônico sofreram alterações mais significativas, ou, em alguns casos, não houve nenhuma alteração. Essas mudanças, numa ótica de temporalidade da paisagem, são a consequência direta da inserção do novo grupo social no espaço.

Dentre as mudanças, houve a construção de novos edifícios, que visam dar suporte à escola, como quadra esportiva, refeitório, bancos e paisagismo. Dentre as construções que já existiam, a que mais sofreu mudanças foram os estábulos, alterações no conjunto, sendo convertidos em salas de aula, biblioteca e banheiros como mostra a esquema gráfico ao lado (Figura 4), onde podemos destacar a introdução de um de um piso em revestimento cerâmico, demolição de paredes de alvenaria, a fim de que duas cocheiras se tornassem uma sala de aula e por fim, foi introduzido um conjunto de janelas, para iluminação das salas.

Parte das estruturas do assentamento nunca foi reutilizada, como mostrado na Figura 5, onde parte das estruturas produtivas, foi totalmente abandonada

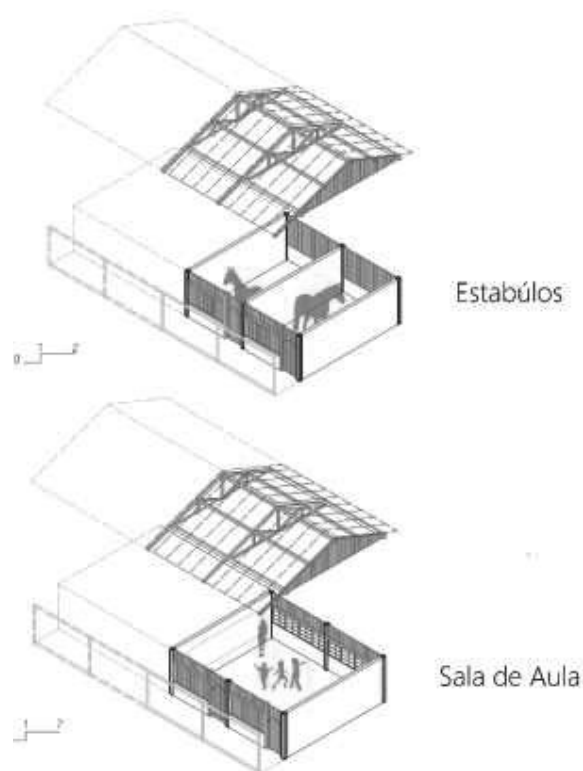


Figura 4 Os autores (2019) utilizando os softwares AutoCad 2020 e Adobe Photoshop 2019



Figura 4 Antigas instalações abandonadas. Fonte: Os autores (2019)

Considerações Finais

Mesmo que esse estudo que originou esse artigo esteja em desenvolvimento, é importante destacar que, em comum, o patrimônio e espaços rurais são elementos flexíveis, e permeáveis pela sociedade contemporânea, sendo sistematicamente repensados e ressignificados, na medida em que há mudanças nos mesmos. É importante salientar além disso, que a ideia de um patrimônio puro e intocável, que unifica toda a nação não pode mais ser suficiente na contemporaneidade, uma vez que não representa totalmente um grupo social hegemônico, mas sim grupos setores da sociedade, e no geral, o patrimônio edificado grupos hegemônicos (do ponto de vista cultural e econômico, e em muitos casos esses grupos são constituídos por uma mesma classe) fixam altos valores a seus próprios patrimônios, em detrimento os patrimônios de grupos que não se constituem como hegemônicos. Tem-se a partir desses paradigmas, uma ideia de patrimônio de uma determinada classe ou grupo social, com elementos que são importantes e devem ser preservados por aquele grupo, havendo assim uma relação simbiótica entre ambos. Ou, como complementa Canclini:

O patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso diferencial à produção e à distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.

Mesmo que nas classes populares, se encontre extraordinária imaginação criativa – e especificamente no estudo de caso, para ocupar, e refuncionalizar o espaço, adequando um bem construído para e pelas classes que detinham poder econômico, aplicando soluções técnicas simples para isso. Dessa maneira, os produtos gerados e apropriados por esse determinado grupo social, são bem mais representativos da história local do grupo que o apropriou mesmo assim, eles tem menor possibilidade de serem considerados como patrimônios, pois tem menores chances de realizar as operações necessário para “acumular-se historicamente e tornar-se um saber objetificado (escrito e sistematizado, relativamente autônomo de um saber oral dos indivíduos)”⁶ e serem, através do método científico, aperfeiçoados.

Nesse contexto, as políticas patrimoniais advindas do movimento moderno, que visam congelar no tempo o patrimônio, como algo intocável não são mais suficientes, novamente, pois o patrimônio deve ser compreendido como algo vivido. No caso específico do Patrimônio do Assentamento Primavera, em que existe uma forte relação entre os habitantes que ocupam e utilizam o espaço tornando o mesmo vivo, a (re) funcionalização e, em determinados casos a reforma, com participação da comunidade, identificando as reais necessidades dos mesmo, visando a elaboração de projetos críticos que sejam realmente necessários para os mesmo

⁶ Néstor Garcia Canclini. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 385 p.